



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - CARF			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0685/16	DATA: 21/06/2016	
LOCAL: Plenário 7 das Comissões	INÍCIO: 10h00min	TÉRMINO: 11h46min	PÁGINAS: 45
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Ex-Auditor Fiscal da Receita Federal.			
SUMÁRIO			
Audiência pública para oitiva do Sr. João Batista Gruginski, ex-Auditor Fiscal da Receita Federal e deliberação de requerimentos.			
OBSERVAÇÕES			
Houve intervenções ininteligíveis.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Declaro abertos os trabalhos da 24ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular resultados de julgamentos ocorridos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais — CARF.

Não havendo ainda quórum, passo para o item III.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição de um resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para a realização de audiência pública e deliberação de requerimentos.

Iniciaremos agora a audiência pública para oitiva do Sr. João Batista Gruginski, ex-Auditor Fiscal da Receita Federal, que comparece perante este Colegiado na condição de indiciado, a quem convido para tomar assento à mesa.
(Pausa.)

Comunico aos Srs. Parlamentares membros deste Colegiado que, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e considerando que o Sr. João Batista Gruginski comparece à CPI na condição de indiciado, lhe é assegurado o direito ao silêncio e a assistência de advogado, sendo submetido ao compromisso de dizer a verdade. Não o submeteremos com este conteúdo a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos pelo exercício dessas prerrogativas constitucionais e processuais.

Este é o perfil do Sr. João Batista Gruginski. Ele é do Paraná, graduado na Faculdade de Economia e Administração de Curitiba, ex-Auditor Fiscal da Receita Federal. Seguiu carreira na Receita Federal desde julho de 1970 até fevereiro de 1991. De 1987 a 1991, trabalhou como conselheiro no Conselho de Contribuintes, sendo o representante da Fazenda Nacional. Em fevereiro de 1991, assumiu o cargo de Assessor Legislativo desta Câmara dos Deputados, exercendo as atribuições de Consultor Legislativo na área tributária. Em 1998, aposentou-se na Câmara dos Deputados. É sócio de Edison Pereira Rodrigues e Eivany Antonio da Silva, na empresa SGR Consultoria Empresarial.



Os Deputados interessados em interpelar o depoente deverão inscrever-se na mesa de apoio da Secretaria da Comissão.

O Sr. João Batista Gruginski foi convocado em virtude da aprovação dos Requerimentos nºs 118, de 2016, do Deputado Izalci, e 172, de 2016, dos Deputados Carlos Sampaio, Izalci, Marcus Pestana, Eduardo Cury, Bruno Araújo e Nilson Leitão.

Passo a palavra ao Sr. João Batista Gruginski, para suas considerações iniciais, por até 20 minutos, acreditando que, pela sua passagem na Câmara, ele conheça bem a Casa e nos ajudará bastante com seu depoimento.

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Bom dia, senhores e senhoras. Sr. Presidente, Srs. Deputados, como já foi anunciado pelo Presidente, estou convocado aqui na condição de indiciado. De fato, já estou indiciado em matéria que é objeto desta CPI. Nesta condição, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vou fazer o uso da minha prerrogativa constitucional de me manter em silêncio. Não vou responder às questões que me vierem a ser formuladas, porquanto tenho, digamos assim, a possibilidade de esclarecer minha situação perante o Poder Judiciário, na ocasião oportuna. Por esta razão, por orientação do meu advogado, bem como em razão dos acertos prévios que já foram feitos nesta Comissão, eu vou me manter em silêncio. Agradeço a oportunidade de prévia manifestação que o senhor me concedeu, mas eu estou firme na minha posição de ficar em silêncio. Muito obrigado pela sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - É o seu direito. Agora, lamento profundamente. É uma opinião muito minha, particular, que essas estratégias dos advogados estão tirando a oportunidade de o depoente vir aqui, numa tribuna pública, esclarecer à sociedade o seu posicionamento. Mas, infelizmente, é assim.

Vou passar a palavra aos autores dos requerimentos.

Com a palavra o Deputado Izalci. S.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas perguntas ao Sr. João Batista, que foi inclusive consultor aqui na Casa.

V.Sa. sabe que nós estamos aqui tentando melhorar ou até extinguir ou rever essa questão do CARF. Várias medidas já foram tomadas para aperfeiçoar isso.



V.Sa. foi da Receita, foi também consultor da Casa e foi consultor do Partido dos Trabalhadores, do Partido Popular e também assessorou, por muito tempo aqui, o ex-Senador Francisco Dornelles, que foi Secretário da Receita.

Evidentemente, o *habeas corpus* permite que V.Sa. fique em silêncio, mas acho que aquilo que pode contribuir com a Comissão sem que prejudique V.Sa. e pela experiência que V.Sa. teve aqui, na Casa, e também na Receita, talvez pudesse nos ajudar, contribuindo com algumas colocações que não venham a prejudicá-lo.

Fique à vontade para responder.

Uma das questões que nós percebemos aqui, no CARF, nesta CPI, é de que para as indicações feitas pelas confederações muitas vezes não eram verificadas, apurado o currículo ou a experiência dos indicados. A Confederação Nacional do Comércio — CNC, por exemplo, indicou vários conselheiros. E há aqui algumas dúvidas com relação a se esses conselheiros tinham ou não experiência ou se estariam aptos a exercer uma função tão importante.

Por exemplo, no caso do Zé Ricardo, que foi indicado pela CNC, V.Sa. teria conhecimento de quem sugeriu à CNC indicar o Zé Ricardo para o CARF?

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Sr. Deputado, eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO IZALCI – Sobre todas as questões? Independentemente de qualquer coisa?

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Todas as questões.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, o que levou à convocação do Sr. João Batista a esta Comissão foram alguns aspectos que são muito relevantes para nós.

É evidente que as minhas perguntas estariam muito ligadas ao que V.Sa. já disse na Polícia Federal. V.Sa. já fez quatro depoimentos ou mais, mas eu conheço dois. Percebemos que poderíamos receber aqui muitas contribuições, mas é evidente que é um direito de V.Sa. ficar em silêncio.

Mas o que acontece? V.Sa., quando saiu da Receita Federal e também da Câmara, associou-se à empresa SG Consultoria Empresarial. A SG Consultoria



Empresarial era o sobrenome Silva, do Zé Ricardo, e G, do sobrenome do Sr. João Batista. Depois que se associou o Rodrigues, passou a ser SGR.

Houve um período em que o Sr. João Batista se afastou da empresa e 2, 3 meses depois, o Sr. João Batista volta a ser sócio da empresa. E V.Sa. tinha bastante experiência, porque era consultor aqui na Câmara e conhecia muito a questão tributária. Acho que foi especialista aqui, na área tributária. E, assessorando, eu não sei se já na empresa ou não, V.Sa. conhecia muito bem a legislação com relação à questão automobilística.

V.Sa. preparou a emenda e levou para o Senador Francisco Dornelles assinar. A nossa dúvida é se o Senador Dornelles sabia ou não que essa emenda poderia beneficiar o setor, mas indicado pela empresa, o Zé Ricardo, em especial, e o Martoni, o Mauro. Essa é uma dúvida que nós temos e que precisaria ser esclarecida.

V.Sa. prestava consultoria, talvez tenha sido contratado pelo Mauro ou por outra instituição através da SG. Fez um estudo, conhecia a matéria, fez a emenda e depois saiu da empresa. Evidentemente que V.Sa. ficou acompanhando se essa emenda teve sucesso ou não, até para garantir o pagamento de V.Sa., que trabalhava em função do sucesso dela.

Essa emenda foi apresentada depois pelo Zé Ricardo. Numa conversa, no escritório, Deputado Hildo Rocha, o Zé Ricardo ficou conversando um monte de abobrinha com ele. De repente, entrou o Alexandre Paes, que conhecia o trâmite, conhecia a matéria, e disse assim: *“Olha, João Batista, aquela emenda que você fez, estão cobrando 45 milhões por ela”*. V.Sa. nem sabia, porque não estava acompanhando. Mas foi dito assim numa colocação e V.Exa. percebeu que o Zé Ricardo estava passando V.Sa. para trás. Que eles iam receber honorários em cima disso, ou comissão, ou qualquer nome que se dê, mas V.Sa. não estaria contemplado por esse trabalho que fez durante muito tempo.

Então, houve uma fala do Alexandre Paes que despertou em V.Sa. essa curiosidade. A informação de que V.Sa. tinha era de que o pagamento, em função do sucesso desse trabalho, seria em torno de 10 milhões, parcelados em algumas vezes, mas não 45 milhões, como o Paes colocou.



O que nós gostaríamos de saber é isso: qual é o envolvimento, ou pelo menos se V.Sa. tem conhecimento de Parlamentares aqui, do Senado, da Câmara, com participação direta ou indireta com relação a esses benefícios obtidos pela indústria automobilística?

Então, o motivo do requerimento, Presidente, foi exatamente esse. Nós gostaríamos de saber do Sr. João Batista, que foi sócio do Zé Ricardo — o Zé Ricardo contratou a empresa do Mauro e houve, de fato, essa negociação —, como a indústria automobilística foi beneficiada com a remissão ou a anistia de multas no CARF e também se se beneficiou dos benefícios fiscais das MPs 471 e 512. Inclusive utilizaram, na 512, a mesma emenda, o mesmo conteúdo que V.Sa. preparou na 471. Eles o adotaram na 512 sem comunicá-lo. V.Sa. tomou conhecimento por acaso.

Há aqui indícios de que Senadores teriam recebido propina com relação a isso. V.Sa., na Polícia Federal, disse que não tem provas, mas que ouviu do Alexandre, de uma forma muito clara, essas negociações.

Além disso, além dos depoimentos na Polícia Federal, há aquele documento que foi encontrado, que é quase que um relatório pessoal de V.Sa. e o acompanhamento do trabalho que V.Sa. fazia, em que detalha exatamente esse episódio. V.Sa. foi visitar a empresa e o Zé Ricardo ficou enrolando, enrolando. Chegou o Alexandre para falar com o Zé Ricardo, ele não queria recebê-lo, naquele momento, em função da presença de V.Sa., mas não teve jeito. O Alexandre deu uma forçada de barra. O Zé Ricardo acabou atendendo ao Alexandre. E o Alexandre entra como se o Zé Ricardo já soubesse do assunto e diz: *“Olha, aquela emenda, estão cobrando 45 milhões por ela”*. E aí V.Sa. ficou surpreso, porque não era esse o entendimento, o conhecimento de V.Sa.

Então, na prática, eu fiz o requerimento, e tenho certeza de que o Deputado Carlos Sampaio também, exatamente em função desse episódio.

Eu particularmente sei que V.Sa. conhece muito a matéria. Foi consultor aqui, na Câmara. Foi assessor inclusive do PP. E ia perguntar também se haveria algum trabalho específico, porque houve aqui um trabalho para o Pizzolato. Eu queria saber também se o Pizzolato tem algum vínculo com o Zé Ricardo ou não. Eu queria saber também por que a Erenice e o ex-Ministro Rondeau tinham o controle remoto



do portão do escritório da SGR. Não sei se eles eram parceiros, se tinham alguma consultoria juntos.

Então, Relator, para V.Exa., que chegou agora, as minhas indagações foram exatamente em função desses questionamentos que talvez V.Exa. também fará. Mas, tendo em vista o *habeas corpus* e não tendo, por parte do advogado, nenhuma abertura para o depoente colaborar com a CPI, lamentavelmente, eu fico com minhas considerações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Agradecemos ao Deputado Izalci.

Vamos passar à lista dos inscritos para o debate.

Antes, vamos ouvir o Relator, Deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de 15 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. João Batista, por que V.Sa. se retirou da SGR Consultoria?

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Eu vou me manter em silêncio, Deputado. Valendo-me da prerrogativa constitucional para tanto, vou me manter em silêncio. Não vou responder.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Por que continua prestando serviço à sociedade de prorrogação dos incentivos fiscais?

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Mantenho-me em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O senhor tem certeza de que o senhor quer se manter em silêncio? O senhor não quer fazer uma sessão reservada, aqui, com os Parlamentares, até para dirimir muitas dúvidas que nós temos aqui perante os fatos? O senhor pode ficar mais à vontade.

Eu parto da premissa da presunção de inocência. Então, se o senhor está nesta Mesa, eu parto da premissa de que o senhor pode se tornar inocente. Pode-se dizer inocente. Agora, queremos fazer algumas perguntas a V.Sa.

V.Sa. tem certeza de que quer manter o direito de permanecer em silêncio, ou podemos fazer uma sessão reservada aqui?

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Estou muito seguro, Sr. Deputado, de que vou me manter em silêncio.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. fez anotações de que três Senadores receberam 15 milhões de propina cada um para a prorrogação de incentivos fiscais no setor automotivo. O que V.Sa. teria a dizer sobre esse fato? Isso é muito grave. Nós estamos no Parlamento.

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Não. Não tenho nenhuma informação a prestar sobre isso, no momento.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Mas e a anotação do senhor? Eu tenho cópia dela aqui.

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Sim. Creio que sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - É verídica a anotação do senhor?

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - É um... Qual anotação o senhor quer dizer?

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. teria anotações de que três Senadores receberam 15 milhões de reais para prorrogação de incentivos fiscais.

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Olha, não tenho nenhuma informação a acrescentar. Nenhuma confirmação. Nenhum desmentido. Vou me manter em silêncio. Não vou abrir informações sobre esse assunto, não.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. poderia contribuir muito. Nós estamos vivendo um momento crítico no País. Esta CPI precisa dar respostas à sociedade. As evidências são muito fortes. Então, infelizmente, o senhor está mantendo o silêncio neste depoimento, mas poderia contribuir muito aqui.

O que V.Sa. tem a dizer a respeito das acusações feitas no caso da Gerdau?

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Não vou prestar nenhuma informação sobre o caso também da Gerdau.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Afirmou-se que José Ricardo da Silva foi indicado ao CARF pelo então Senador Dornelles, pessoa de que V.Sa. é próxima. O que V.Sa. tem a dizer sobre tal indicação?

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Nenhuma informação.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - É, Sr. Presidente, infelizmente mais uma testemunha não contribui com esta Casa, não contribui com a sociedade brasileira, não contribui com a CPI. Isso é lamentável.

Eu queria externar aqui que foram perdidos quase 2 meses, nesta CPI, com a presença de pessoas, como o Sr. João Batista, que permanecem em silêncio. Então, eu externo a minha tristeza de, num dia tão importante quanto hoje e tão tumultuado no cenário nacional, termos trazido aqui mais uma testemunha que não contribui em nada.

Parte-se, Sr. João Batista, do conceito da presunção de inocência. Ou seja, V.Sa. poderia contribuir muito aqui, inclusive sem que o incriminásemos. O advogado que está lhe instruindo sabe muito bem disso. A presunção de inocência é para todos que vêm aqui, nesta Casa. O senhor infelizmente deixa uma mancha negra no cenário desta CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio, também autor do requerimento. *(Pausa.)* S.Exa. não se encontra no recinto.

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana. S.Exa. tem 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Diante do que registrou aqui o nosso Relator, eu não vou tentar me aprofundar. Vai ser um esforço inútil. Eu tenho por método não jogar para a plateia. Não quero fazer nenhuma conversão moral de ninguém, só quero defender o interesse público, mas, diante da alternativa do depoente de não colaborar, eu abro mão do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Eduardo Cury. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Nilson Leitão *(Pausa.)* Ausente.

Vamos passar à lista dos Deputados inscritos.

Com a palavra o Deputado Aliel Machado. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não abro mão da minha palavra. Eu acho que aqui é o momento de expor a situação, porque a CPI, como muito bem disse o Deputado Bacelar, tem o fundamento de levantar provas, de fazer uma averiguação sobre uma denúncia



gravíssima no nosso País, neste momento turbulento, neste momento de dificuldade moral de encontrar nos homens públicos lisura para atuar num cargo de representatividade popular.

Eu também tenho várias indagações a fazer em relação à atuação do Sr. João Batista, que constitucionalmente tem o direito de permanecer calado. É uma estratégia da defesa em relação às denúncias. Mas os fatos demonstram a gravidade das ocorrências realizadas no CARF.

V.Sa. está totalmente inundado com atos de corrupção, e vai pagar por isso. O que espera V.Sa. é a cadeia. As ilações que nós encontramos, as provas, os e-mails trocados, os acordos políticos, as defesas que V.Sa. fez nos processos no CARF já estão com as investigações adiantadas na Polícia Federal.

Nós temos hoje uma independência dos Poderes no Brasil como nunca tivemos antes. Esta CPI me deixa muito feliz, Sr. Presidente, porque, nas nossas reuniões fechadas, na condução do trabalho por V.Exa., nós já conseguimos contribuir, mesmo que as pessoas convocadas por nós, em alguns casos, como no caso de V.Sa., que tem o direito constitucional de permanecer calado, é uma estratégia da defesa, tendam a se permanecer calados.

Eu teria várias perguntas. Algumas já contempladas pelos colegas, como a questão da SGR Consultoria Empresarial, na qual V.Sa. era sócio do Sr. José Ricardo da Silva.

Eu teria o questionamento sobre por que V.Sa. prestou esclarecimentos, na polícia, dizendo que não teria provas, mas que ouviu conversas e mesmo assim não tomou a providência de fazer as denúncias, de levantar essas suspeitas para que aquele crime, naquele momento, fosse estabilizado.

Eu teria questionamentos também sobre as gravações autorizadas pela Justiça, que demonstram o esquema realizado em relação a algumas empresas, sobre o processo que V.Sa. relatou de número 10680.724392/2010-28, da Gerdau, em que já estão comprovados dentro do inquérito, dentro das investigações de que não tinha nada a ver com o processo de defesa, era um esquema de corrupção, e vários outros aspectos.

Mas V.Sa., com o direito constitucional, deve permanecer calado, porque é uma estratégia da defesa. Acontece, eu já falei isso em outra oportunidade, e repito



que lá no julgamento, mesmo que V.Sa. permaneça calado, mesmo que continue defendendo que V.Sa. não tem participação específica nesses crimes, mesmo com V.Sa. permanecendo em silêncio, a Justiça vai poder condená-lo. Eu espero, não por uma questão individual, porque não estou aqui para atacar individualmente ninguém... Estou falando de um sistema de corrupção gravíssimo no nosso País, porque é esse sistema de corrupção que tira dinheiro das pessoas que precisam, dos hospitais. Isso não é discurso moralista. Esse é um discurso que precisa ser feito porque precisa ser exposto. A sujeira não pode mais ser colocada debaixo do tapete.

Mas V.Sa. vai permanecer em silêncio. Eu não permaneço em silêncio. É minha obrigação, como Deputado, fazer esses questionamentos e ponderar a minha preocupação com relação a isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao Deputado Ivan Valente, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro eu queria perguntar a V.Exa. se a CPI já tem a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do depoente. Já estão aqui, na CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu preciso verificar junto à Secretaria se já estão na nossa Comissão. Muito material chegou da Polícia Federal, mas eu preciso verificar se os dele estão aqui.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nós não temos essa informação ainda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu não tenho certeza se já estão aqui.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Antes de passarmos ao debate, seria bom nós termos esse material. Senão, eu vou apresentar requerimento pedindo a quebra dos sigilos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu informo a V.Exa. até o final da reunião.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que o Sr. João Batista Gruginski é uma peça fundamental no processo de conhecimento do que foi o



esquema montado no CARF. Ele, com 21 anos como Auditor Fiscal, junto com José Ricardo e o chamado APS, participou de grandes formulações para o CARF. Eu acho que o que o diferencia é que existe um diário. O senhor o escreveu. Então, a defesa do senhor é muito difícil ser feita. Não sei por que V.Sa. não está colaborando aqui, porque, se está escrito, está escrito. É sua letra. O exame grafotécnico vai constatar o que V.Sa. colocou lá. Então, acho que a sua colaboração com o Poder Legislativo seria bem-vinda, mas tem V.Sa. o seu direito constitucional.

De qualquer forma, eu queria fazer o registro das perguntas que tenho a fazer e quero as suas respostas, mesmo que seja a sua negativa.

Sr. Presidente, vou ler: o Consultor João Batista Gruginski, investigado na Operação Zelotes, registrou em diário que participou de reunião com os lobistas já citados, José Ricardo e Alexandre Paes Santos, sendo que este último mencionou uma suposta negociação de propina com os Senadores Renan Calheiros, Romero Jucá e o então Senador Gim Argello em torno de uma emenda à Medida Provisória nº 471, e o suborno alcançaria 45 milhões. E dizem que nessa reunião V.Sa. estava desconfortável — escreveu no diário —, porque não foi avisado com antecedência dessa divisão equânime entre os Senadores. Poderia V.Sa. detalhar a participação desses políticos no esquema? Qual é a sua participação? Qual é a sua relação política com eles?

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Vou me manter em silêncio, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Sa. poderia dizer se há outros políticos envolvidos no esquema de corrupção e na venda de MPs?

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Mantenho-me em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Sa. redigiu votos em benefício de algum cliente da SGR Consultoria, ou da JR Advogados?

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Mantenho-me em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - De acordo com a revista *Época*, na manhã do dia 19 de março de 2014, o Senador Francisco Dornelles, que exerce o cargo de Governador neste momento, do PP do Rio de Janeiro, recebeu um *e-mail* com o seguinte assunto: processo do partido, resultado do julgamento do CARF. O



remetente é o Sr. João Batista Gruginski, antigo funcionário de confiança de Dornelles e sócio da Consultoria SGR. Enviou ao endereço eletrônico dele, no Senado, dois arquivos em anexo: um continha uma planilha com as multas fiscais de cerca de 8 milhões, aplicadas ao PP no escândalo do mensalão. por emitir notas frias; e o outro, notícia com a decisão do CARF de manter a punição da Receita ao PP. No *e-mail*, o senhor explicou o conteúdo dos documentos e discorreu sobre a sua capacidade de reverter as decisões do CARF. É o primeiro documento revelado que dá a real extensão do envolvimento do PP no caso.

Gruginski, o senhor, copiou, na mesma mensagem, seu sócio e ex-conselheiro José Ricardo e Ermeto Antônio Cembranel, ex-conselheiro fiscal do PP. Cinco meses depois, o partido entrou com recurso no CARF para reduzir as multas do mensalão.

A pergunta é a seguinte: o senhor é filiado ao PP?

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Mantenho-me em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Qual a sua relação com Francisco Dornelles?

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Mantenho-me em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Fica claro que o senhor tem uma relação bastante próxima não só com o PP, mas com o atual Governador do Rio de Janeiro. E, de acordo com a CPI do CARF no Senado, Gruginski é o responsável pela confecção do processo da Gerdau, sobre o que o senhor não quis falar, de número... É um número grande que eu vou me dispensar de ler. Tendo encaminhado, via *e-mail*, para o então conselheiro José Ricardo, razão por que entendemos ter ligação intrínseca com o que o senhor praticou — delito de corrupção passiva e participação ativa no caso Gerdau.

A Polícia Federal recentemente indiciou o Diretor-Presidente do Grupo Gerdau, André Gerdau, cuja convocação está aqui e será aprovada hoje — inclusive da nossa lavra e de outros Parlamentares —, e de mais dezoito pessoas, por crimes como corrupção ativa, corrupção passiva, lavagem de dinheiro e tráfico de influência no inquérito da Zelotes. V.Sa. foi indiciado no caso Gerdau?

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Mantenho-me em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas V.Sa. fez o voto para o CARF.



O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Mantenho-me em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não quer detalhar?

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Sa. poderia detalhar os casos de corrupção?

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Não, não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Qual sua relação direta com o Diretor-Presidente do Grupo Gerdau, André Gerdau? V.Sa. o conhece pessoalmente?

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Mantenho-me em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - De acordo com a matéria do portal JOTA, o investigado na Operação Zelotes, o senhor, ex-auditor fiscal, continua atuando no CARF. Uma ata de julgamento do Conselho revela que Gruginski fez sustentação oral no dia de 3 de março de 2016. É verdade isso?

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Mantenho-me em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Defendendo uma empresa da qual é sócio o Senador Ivo Cassol, do PP de Roraima.

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Mantenho-me em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vejam, Presidente, Relator, ele está sendo investigado, há todas essas anotações, e ele continua operando no CARF, porque a questão a que eu me referi aqui agora é do dia 3 de março de 2016. Agora. Ou seja, ele fez sustentação oral no CARF mesmo depois de todas essas investigações e depois da CPI do Senado também. Então é um caso para se grafar.

Presidente, V.Exa. já conseguiu essa informação da quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Não há requerimento para quebra de sigilo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E esse material ainda não chegou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Quanto ao material, estão examinando se chegou da Polícia Federal.

V.Exa. pode entrar com requerimento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Se não chegou o material, vou pedir a aprovação imediata de requerimento para a quebra de sigilo do Sr. Gruginski.



Bem, Presidente, acho que é isso.

Talvez se nós trouxermos o André Gerdau aqui, como ele tem uma responsabilidade social maior, porque dirige um dos maiores grupos do monopólio do aço no nosso País, nós consigamos obter essa informação por outra via.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado. Passo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu considero que a presença dos depoentes com decisão judicial que permite que permaneçam em silêncio efetivamente impede que nós possamos obter, de maneira satisfatória, o objetivo da audiência.

Na minha modesta leitura, não resta dúvida da participação do Sr. Gruginski nesse esquema que está sendo investigado. Não é nem uma participação secundária. Ao que tudo indica, o Sr. Gruginski era uma peça bastante importante nesse esquema, até mesmo pela sua ligação com Francisco Dornelles, pela influência de Francisco Dornelles dentro do CARF, na indicação de conselheiros. E o Sr. João Batista Gruginski sempre foi uma pessoa muito próxima e uma pessoa que cumpriu tarefas importantes para o Sr. Francisco Dornelles e para os demais envolvidos nesse esquema.

Talvez não seja por outra razão que um voto tão importante como esse do caso Gerdau tenha sido encomendado ao Sr. Gruginski. Efetivamente, além do envolvimento, ele é também uma pessoa com profundo conhecimento e experiência na área, o que faz dele mais ainda uma peça importante nessa intrincada e complexa organização que se apropriou da possibilidade de, através da sua influência no CARF, obter vantagens indevidas e lesar o patrimônio público em centenas de milhões de reais ao longo dos últimos anos.

O que me parece também óbvio é que, diante do nível de envolvimento e participação do Sr. Gruginski no esquema criminoso, com qualquer coisa que ele venha contribuir seria quase que uma autoincriminação. Então está claro que o Sr. Gruginski não vai colaborar. O que nos cabe é, dentro daquilo que a legislação nos permite, encontrar mecanismos que aprofundem a investigação, juntamente com Ministério Público Federal, com a Polícia Federal e com a própria Justiça, no sentido de que possamos identificar todo o envolvimento do Sr. Gruginski nesse esquema e



as demais pessoas que ele protege, quando faz essa opção de permanecer em silêncio e não nos fornecer qualquer dado, qualquer fato, que possa ajudar no nosso objetivo de desvendar e entender melhor esse esquema criminoso que funcionou durante tanto tempo dentro do CARF.

Diante disso, Sr. Presidente, não me resta outra coisa a não ser lamentar, mas não vou fazer nenhuma pergunta, não vou fazer nenhum questionamento, porque o cidadão já repetiu em diversas oportunidades que não tem disposição de colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra, por 5 minutos, ao Deputado Joaquim Passarinho.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO – Sr. Presidente, serei bem breve. Não vou usar os 5 minutos. Quero dizer ao depoente que é uma pena ele perder esse momento e ficar calado aqui nesta Comissão.

Quero dizer que, durante todo esse processo, todos aqueles que ficaram calados ainda estão presos. O Sr. Marcelo Odebrecht completou esta semana 1 ano de prisão, porque ficou calado. É uma estratégia dos advogados. Eu não sou advogado, não mexo com isso, mas vamos continuar insistindo com essas oitivas, mesmo sabendo que são apenas monólogos, porque os depoentes já chegam aqui como a decisão de não falar.

A decisão de falar, Sr. João, não seria para se incriminar, seria para o senhor ajudar este País. Sobre o que já aconteceu, V.Sa. vai pagar, porque o processo já está correndo. O que queremos principalmente com esta CPI é que não continue acontecendo esse tipo de coisa, não continue essa sangria nos cofres.

Tenho dito em todas as reuniões e não vou me cansar de dizer que venho de um Estado pobre, venho do Estado do Pará, aonde chegamos ao Marajó e não há leite, onde as pessoas morrem por falta de médicos, morrem por falta de água potável. E vemos tantos e tantos milhões sendo desviados que poderiam estar chegando lá ponta para aliviarmos pelo menos o sofrimento dessas pessoas.

Eu sempre pergunto às pessoas que participam disso se não têm certa dor de consciência quando param em um sinal — não sei onde o senhor mora — e veem uma criança pedindo esmola, sabendo que a sua ação contribuiu para aquilo.



O que queremos, Sr. João, é que possa nos ajudar, não é incriminar alguém ou V.Sa., que já está no processo, mas o seu silêncio deixa inclusive dúvidas sobre algumas pessoas. Eu tenho o maior respeito pelo hoje Governador Francisco Dornelles. Eu o acho uma pessoa íntegra, séria, trabalhadora, mas o seu silêncio prejudica a figura dele, porque nem defendê-lo o senhor defende. Quando o senhor não o defende, deixa espaço para pensarmos qualquer coisa. Então, insistimos aqui, mesmo sabendo que não vamos conseguir nada.

Não sei quantas mil pessoas estão olhando a *TV Câmara* neste momento, estão olhando para nós e para o senhor. O senhor deve ter família, deve ter filhos, deve ter parentes, e não sei que tipo de pensamento seus parentes têm do senhor. Eu estou fazendo o meu trabalho aqui e espero que a minha família se orgulhe do que estou fazendo, porque estou tentando ajudar. O seu silêncio só atrapalha. Não sei qual seria o sentimento da sua família de estar vendo o senhor neste momento não ajudando o País, ficando calado, ajudando a deixar cada vez mais obscuras essas transações ilegítimas, imorais e indecentes, que roubaram o povo brasileiro, que roubaram o povo pobre deste País, porque o senhor não roubou os ricos, o senhor roubou os pobres ou ajudou no esquema de roubar.

Então, se há algum tipo de coisa, volto a dizer, não para incriminar, porque a Polícia Federal anda na nossa frente, aqui ninguém vai saber mais do que a Polícia Federal já sabe, mas queríamos uma contribuição para que pudéssemos parar esse sangramento, porque ninguém aguenta mais. Espero que possamos entender que este País precisa mudar para que possamos ter uma condição melhor de vida. Se bater algum tipo de dor de consciência até o final da reunião e o senhor quiser ajudar em alguma coisa, nós estaremos aqui, senão, infelizmente, o seu silêncio será quase uma peça de acusação para algumas pessoas que eu considero de bem, mas começo a ficar em dúvida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Quero comunicar ao Deputado Ivan Valente que toda a questão relativa ao Sr. João Batista está no material que recebemos do Senado, da CPI do CARF. Está à disposição de V.Exa. na Secretaria. Temos aqui o perito da Polícia Federal que poderá ajudar.



Concedo a palavra ao Deputado Helder Salomão. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO - Sr. Presidente e demais membros desta Comissão, na mesma linha que aqui falaram os que me antecederam, nesta Comissão já é comum que os depoentes compareçam e aqui fiquem calados, exercendo o direito de não colaborar com as investigações que estão sendo feitas por esta Comissão tão importante.

De fato, esse comportamento, que certamente tem uma orientação do advogado e também demonstra uma tática para ganhar tempo. Isso, nos tempos em que nós vivemos, pode não funcionar como funcionou no passado.

Eu creio que não é perda de tempo o que nós estamos fazendo, porque estamos exercendo o nosso sagrado papel de legislar, de fiscalizar e de investigar, através desta CPI do CARF, que ao final pode trazer, sim, resultados importantes para o povo brasileiro. Especialmente os grandes sonegadores ganharam muito dinheiro à custa dos mais pobres, que efetivamente sofreram, enquanto poucos grupos econômicos saíram com vitórias no CARF que significaram muitos recursos, como aqui nós já dissemos, que poderiam ter sido investidos em áreas estratégicas do nosso País. Nossas cidades precisam tanto, nossos Estados e a União precisam de recursos para investir cada vez mais em favor da população brasileira.

Tudo o que nós já pudemos ler e buscar de informações mostra que o Sr. João Batista Gruginski tem ligações diretas com isso.

Aqui seria uma grande oportunidade, Sr. Gruginski, para o senhor dizer para todos nós que efetivamente tudo aquilo que tem sido dito a respeito do senhor não condiz com a verdade. Mas, no momento em que o senhor permanece calado, isso faz com que cada um de nós tenha uma convicção ainda maior de que, de fato, essa estratégia não é para provar a inocência, mas para ganhar tempo e para manter alguns obstáculos nos processos de investigação que nós estamos realizando.

O Senado já fez a sua parte. Nós estamos aqui agora, com muito afinco, trabalhando para que sejam elucidados esses casos escandalosos que envergonham o nosso País. E a nossa determinação continuará sendo bastante forte e vigorosa, para que cheguemos a esclarecer todas essas coisas, não apenas denúncias, mas provas materiais que já se verificam.



O senhor já teria admitido ao jornal *O Estadão*, por exemplo, que redigiu a emenda mencionada pelos lobistas na reunião, para atender a CAO A e a MMC. Então, o senhor já deu alguns depoimentos, e depois resolveu não colaborar mais com a nossa investigação.

De fato, Sr. Presidente e Deputado João Bacelar, o nosso Relator, nós precisamos, como disse o Deputado Paulo Pimenta, buscar alternativas para sairmos deste estágio em que nós estamos. De fato, ficamos aqui neste monólogo, porque quem deveria prestar os depoimentos se cala e não traz os esclarecimentos tão importantes para a população brasileira.

De fato, este assunto hoje já é entendido e acompanhado por uma boa parcela da população brasileira. Eu imagino que, neste momento, as pessoas que estejam vendo e ainda verão esta reunião da nossa Comissão — pessoas que conhecem o Sr. João Batista, pessoas do seu convívio e de toda a sociedade brasileira que estão nos acompanhando — assistem aqui a um comportamento que não condiz com o Brasil em que nós vivemos hoje.

Portanto, Sr. Presidente, realmente precisamos, numa reunião administrativa, discutir mais detalhadamente o que fazer para que tenhamos um relatório contundente, um relatório que ajude para a resolução desses impasses e, mais do que isso, para a punição de todos aqueles que efetivamente colaboraram com essa sangria dos cofres públicos, em favor de meia dúzia e em detrimento de toda a população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez estamos diante de uma pessoa que veio aqui para não falar. Acho que isso se tornou comum.

Por isso, sugeri nos requerimentos que nós chamássemos essas pessoas inclusive para serem acareados. O silêncio de forma unilateral é uma coisa. Mas colocá-las frente a frente, fazendo uma acareação faz com que o Presidente, o Relator e todos os que aqui estão possam formar um juízo de valor em relação ao envolvimento ou ao não envolvimento dessas pessoas.



Como o Sr. João Batista está calado, eu quero só consignar uma pergunta. Já foi falado aqui do prejuízo astronômico que trouxe para este País, que, sem dúvida nenhuma, deixou de beneficiar milhões de brasileiros na educação e na saúde, em benefício de uma meia dúzia que hoje está tentando, de alguma forma, ludibriar a sociedade. Inclusive, agem de forma rasteira junto à Justiça, para querer responder, como alguns estão fazendo, em delações premiadas.

Eles têm milhões em contas ou investidos por aí, em alguma coisa, mas vão responder e pagar a pena dentro de casa, em mansões. Isso o povo brasileiro não aceita. Qualquer bandido comum, da rua, vai pagar a sua pena na penitenciária. No entanto, os colarinhos-brancos, tirados desse Governo que saiu e de outros partidos — eu não quero culpar aqui só o partido da Esquerda, mas outros partidos — hoje tentam pagar suas penas de outra forma.

Sr. João Batista, a pergunta que eu quero que fique consignada é em relação à Medida Provisória nº 471, de 2009. Todos nós sabemos que o senhor foi um dos articuladores dessa medida junto ao Presidente da República, junto aos meios políticos, por meio do Sr. José Ricardo e do Sr. Dornelles, o que beneficiou a CAO A e a MMC/Mitsubishi. Todos, com certeza, devem ter se beneficiado de alguma forma com isso, como a Justiça e as investigações da Polícia Federal estão mostrando. Portanto, eu gostaria de saber até onde vai a sua participação nessa questão da Medida Provisória nº 471.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Tem a palavra o Sr. João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Eu me mantenho em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Jorge Solla. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLL A - Sr. Presidente, infelizmente, esta é mais uma reunião em que a oitiva é um muro de silêncio. Essa é a resposta que nós temos.

O que chama a atenção desta vez, Sr. João Batista Gruginski, é que o senhor inclusive deu entrevistas a veículos de comunicação apresentando as denúncias. Como já foi lembrado aqui anteriormente, nas entrevistas que o senhor deu e no seu



diário pessoal, que a Polícia Federal apreendeu em 16 de abril de 2010, estão registrados elementos e denúncias suficientes para envolver o Senador Renan Calheiros, o Presidente do Senado da República.

O Presidente do Senado está registrado como destinatário de propina no relatório que a Polícia Federal identificou do diário pessoal da pessoa que está aqui hoje se negando a falar. O Romero Jucá é outro Senador envolvido — o breve Ministro do Planejamento do Governo golpista, cuja passagem foi tão rápida —, assim como um terceiro Senador, o Gim Argello. Isso está registrado no diário que a Polícia Federal apreendeu.

O senhor deu uma entrevista para o jornal *O Estadão* em que também envolve outro Senador, o Francisco Dornelles. Isso está publicado. E agora o senhor se nega a falar aqui nesta CPI?

O que fez o senhor ser tão transparente nessas entrevistas, tão metódico ao registrar tais fatos no seu diário, e agora não querer falar mais? Será que há alguma “calação” premiada em curso?

Na CPI da PETROBRAS, nós vimos isso, Sr. Presidente. O nobre Relator João Carlos Bacelar, que também participou da CPI, deve estar lembrado que houve, se não me engano, dois ou três depoentes que chegaram e disseram que, por força do acordo de delação premiada, estavam proibidos de falar sobre alguns temas, inclusive sobre corrupção na PETROBRAS antes do ano de 2003.

Então, além da “calação” premiada, há também outros expedientes. Será que o Sr. João Batista Gruginski, que pôde falar tanto, fez algum acordo de “calação” premiada? Eu fico preocupado, porque esses envolvidos ocupam postos muitos elevados.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O que é “calação”, Sr. Deputado?

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - “Calação” premiada é uma suposição de que houve um acordo para ele parar de falar.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Ele estava falando, Deputado. Ele falou para o jornal *O Estadão*, falou para os veículos de comunicação. V.Exa., como Relator, pode até resgatar essas entrevistas que o Sr. João Batista Gruginski deu.



Não fui eu que registrei o depoimento dele, não. Isso está publicado em veículos de comunicação.

De repente, ele vem aqui e não fala? Por que ele falou para o jornal *O Estadão* e não pode falar para a CPI? Há alguma coisa estranha!

A minha primeira pergunta, Sr. João Batista é — eu sei que o senhor não vai responder, mas queria deixar registrada: por que o senhor parou de falar? Por que o senhor fez as denúncias na mídia, e agora, não fala aqui? O senhor fez alguma “calação” premiada com alguma instituição, o Ministério Público, a Polícia Federal ou Justiça? Por que o senhor se calou? Esta é uma pergunta importante, cuja resposta todos nós precisamos saber, porque o senhor não se trata de uma pessoa que não estava falando.

Deputado Paulo Pimenta, ele falou publicamente, está na mídia. A Polícia Federal apreendeu um diário em que há registros, há prova material. Mas, de repente, ele vem aqui e não fala? Por quê?

Sr. João Batista, o senhor vai ser beneficiado se passar a ficar calado? O que levou o senhor a fazer as denúncias e agora negar-se a falar?

É comum, Deputado João Carlos Bacelar, acontecer o contrário. É comum alguém que é acusado se negar a falar para a mídia, mas falar num espaço institucional, onde ele pode ser beneficiado por um acordo, ter a pena reduzida. Isso é o que nós esperaríamos.

Mas aqui está acontecendo o oposto, Sr. Presidente. Aqui há uma inversão completa. Ele falou para a mídia, registrou prova material num diário. Mas chega aqui agora e não fala!

Então, eu vou registrar a minha pergunta, mesmo que não tenha a resposta. Sr. João Batista Gruginski, quem fez um acordo de “calação” premiada com o senhor? Por que o senhor parou de falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Sr. João Batista Gruginski.

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Sr. Deputado, eu continuo em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Muito bem.

Com a palavra o Deputado Pedro Uczai. S.Exa. dispõe de 5 minutos.



O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando eu vi na agenda que hoje haveria a oitiva do Sr. João Batista Gruginski, eu pensei: *“Será que novamente o silêncio vai se manter?”*

Quem sabe nós precisamos efetivamente nos preparar mais e trazer todas as denúncias daqueles vêm aqui, para que não sejamos tão condescendentes com o silêncio?

Nós chegamos até o outro lado e pedimos conselhos para os pilantras do CARF, para os criminosos do CARF, de como melhorar a situação do Conselho. Nós chegamos a esta CPI e, como os depoentes ficaram em silêncio sobre o objeto das denúncias, nós ouvimos conselhos de pilantras, de criminosos em relação a como deveriam ser procedidas mudanças no Conselho.

O silêncio também é revelador, o silêncio também denuncia. É um direito constitucional, é um direito legal do depoente de permanecer em silêncio. Mas o silêncio é extremamente denunciante quando — como o Deputado Jorge Solla já manifestou aqui — o depoente já deu publicidade e depoimentos sobre atos ilícitos produzidos junto ao CARF.

Em segundo lugar, eu acho que nós temos que nos preparar para, nas reuniões em que o depoimento seja o silêncio, tornar públicas todas as denúncias daqueles que estiverem sentados como depoentes. Precisamos começar a ter mais profissionalismo, no sentido de trazer todas as denúncias aqui e expor os depoentes publicamente, dizer por que eles estão em silêncio.

Sei que o silêncio é um direito constitucional. Então, eu vou inverter o meu método nas próximas reuniões aqui. Quando houver oitiva, nós vamos nos preparar e ver todas as denúncias nos mínimos detalhes, para expor publicamente esses que estão sendo denunciados. Senão, ou nós vamos transformar isto aqui num teatro, numa representação política — representação no sentido do termo, de circo, de teatro, de algo não real —, ou nós vamos efetivamente fugir da realidade, que é enfrentar o profundo processo de corrupção construído junto do CARF.

Se pensarmos no Brasil, esse processo de corrupção beneficiou poucos, mas com muito dinheiro, com muitos recursos. E quando eu vejo um ex-auditor-fiscal da Receita Federal envolvido, eu me pergunto: qual é o salário de um auditor? Ele estava com necessidade? Os filhos estavam passando fome, para ele se envolver



em tráfico de influência e benefícios, junto com o Renan e com o Jucá? Estavam todos pobres? Um

Um auditor da Receita, um servidor público concursado, que devia zelar pelo dinheiro público, zelar pela arrecadação do País, para levar saúde e educação para o povo brasileiro, para os mais pobres, utiliza-se desse instrumento do CARF para ganhar dinheiro, além do salário que recebia? Um auditor fiscal ganha um salário mínimo para precisar atender a alimentação dos filhos buscando outras formas de recursos financeiros? São outras as razões ou é um problema de caráter, de personalidade? Será que é um problema de ambição, de querer ficar rico tirando dinheiro público do povo brasileiro?

Isso foi feito beneficiando alguns setores empresariais que já são ricos, que se beneficiam do não pagamento de tributos, que já pagam pouco. E aí o CARF é o instrumento da sonegação, o instrumento do enriquecimento de uma meia dúzia? Vários deles, aprovados em concurso público, tinham salários muito mais dignos do que a maioria do povo brasileiro.

E agora vemos essa bandalheira de corrupção, de desvio, de sonegação de mais de 500 bilhões de reais. Quem sabe o ajuste fiscal ajudaria esta CPI a resolver essa situação?

Com todo o respeito, eu estou aqui trabalhando a presunção da inocência, mas as denúncias são flagrantes, foram inclusive tornadas públicas pelo Sr. João Batista. Então, Sr. Presidente, para que não nos envergonhemos de nesta CPI, eu acho que nós não podemos nos omitir neste momento histórico e precisamos enfrentar esse debate.

Se a conjuntura econômica está difícil, nós temos que fazer com que esses grandes sonegadores, pagando impostos, possam ajudar a transformar este Brasil num país mais decente. Eles podem ficar ricos, se quiserem, mas não à custa do povo brasileiro, sonegando bilhões de reais, mediados por pilantras do CARF, pilantras do serviço público ou do setor privado que fazem a mediação dessa bandalheira de sonegação de impostos.

Era essa minha indignação que eu queria manifestar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Muito obrigado, Deputado.



Não há mais inscritos.

Antes de passar a palavra final ao Sr. João Batista, eu quero dizer que a minha expectativa era enorme com relação à oitiva de hoje, porque o depoente está aposentado desde 1998 e é um grande quadro que passou por esta Casa, onde se aposentou.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Não deve ser de um salário mínimo a aposentadoria do João Batista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Nós temos de reconhecer que ele é um técnico abalizado e, por isso, poderia prestar serviços como consultor.

Mas eu me surpreendi com o fato de o Sr. João Batista ficar calado e, por isso, vou mudar a minha opinião sobre ele. Eu esperava que ele fosse falar aqui, porque, como aposentado e grande técnico, poderia, com certeza, defender quem quer que o contratasse junto ao CARF.

Eu estranho o fato de as coisas serem muito fáceis no CARF — é como elas se apresentam aqui. Eu esperava que um técnico como ele chegasse aqui e dissesse: *“Olhem, não é nada disso que vocês estão pensando. Eu prestei um serviço técnico assim e assado. Eu o defendi, porque tenho esse direito. E eu sou inocente por isso, por isso e por isso”*.

Mas a estratégia do advogado de defesa prejudica a pessoa. Eu não entendo isso. Não sou advogado, mas, com a devida vênia dos advogados, nunca vi um caso em que aquilo que me faz bem, como falar a verdade, prejudica a minha defesa.

Deputado Pedro Uczai, há um instrumento interessante, que vi na Lava-Jato agora: a cegueira deliberada. Nós precisamos atacar isso, até para saber como as pessoas estão pagando esses escritórios famosos, que não são baratos. Nós podemos, no futuro, saber dos nossos advogados se eles estariam com cegueira deliberada, já que não sabem de onde vinha o dinheiro dos seus honorários.

Eu acho que isso é importante e vai ficar no Direito brasileiro. Se pessoas estão sendo agora processadas porque estavam com uma cegueira deliberada, é natural que os advogados — e estou aqui falando com um grande jurista — também prestem atenção aos honorários que estão recebendo. Não pode haver essa cegueira deliberada. Parece-me que a coisa está saindo barata.



O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, eu peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Como a palavra vai ser passada ao Sr. João e nós estamos na fase das perguntas de Parlamentares, eu peço apenas 30 segundos para me dirigir diretamente ao ele.

Sr. João Batista, peço que, se forem verdadeiros todos os fatos relacionados à sua pessoa nas perguntas dos Parlamentares feitas aqui, o senhor fique calado agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Não havendo mais oradores inscritos, eu vou passar a palavra ao Sr. João Batista, para as suas considerações finais.

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Sr. Presidente, eu não tenho considerações finais a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Então, com o seu silêncio, o senhor responde ao Delegado Éder Mauro que são verdadeiras todas as perguntas?

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - A conclusão é dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois é. E eu lamento profundamente que a sua presença nesta Casa em nada tenha contribuído, embora respeite a sua posição.

Reafirmo que acho errada a estratégia dos senhores advogados de não permitir que o cidadão aqui se defenda e fale bem dele mesmo. Afinal, o Sr. João Batista tem uma vida bonita como auditor-fiscal, como consultor desta Casa até 1998. De 1998 para cá, são muitos anos. Ele poderia fazer da sua vida profissional o que quisesse. Mas aqui ele não quer se defender.

Então, Sr. João Batista, eu quero lhe agradecer pela presença.

O SR. JOÃO BATISTA GRUGINSKI - Eu também agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Havendo quórum, vamos passar ao item 2 da nossa pauta, que é a ata.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só para entender, agora vamos à aprovação da ata e depois entraremos na Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Depois trataremos das matérias sobre a mesa, antes de entrar nos requerimentos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Encontra-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 23ª Reunião, realizada no dia 16 de junho de 2016.

Pergunto se há necessidade de leitura da referida ata. *(Pausa.)*

Deputado Altineu Côrtes, há necessidade da leitura da ata?

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Peço dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - A pedido dos Deputados Altineu Côrtes e Heráclito Fortes, fica dispensada a leitura da ata.

Passa-se à discussão da ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a ata, coloco-a em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

Passa-se à Ordem do Dia.

Há matérias sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Requerimento em que se pede, nos termos do art. 160 do Regimento Interno, preferência para apreciação do Requerimento nº 216, de 2016, do Deputado Altineu Côrtes, de convocação do Sr. João Alves de Queiroz Filho, fundador do Grupo Hypermarcas S.A.

Passo a palavra ao Deputado Sandes Júnior para encaminhar o seu requerimento. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Sr. Presidente, o Deputado Altineu Côrtes apresentou esse requerimento, que é um direito democrático que lhe cabe. Eu expus a S.Exa. e a todos os demais Deputados que compõem esta Comissão que, atendendo ao convite de V.Exa., aqui veio um delegado da Polícia Federal que,



ao ser interrogado sobre o Hypermarchas, disse que não existe uma vírgula, não existe uma citação, não existe uma gravação, não existe nada contra esse grupo.

Da mesma forma, aqui veio o promotor do Ministério Público que cuida do caso, numa audiência reservada, com a presença da maioria dos Deputados, e disse a mesma coisa: que não existe absolutamente nada, uma vírgula, uma citação, uma gravação, contra o Grupo Hypermarchas, que é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu somente lembro ao Deputado que não podemos nos referir a nada do que foi comentado na reunião fechada.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - O.k. Desculpe-me pelo lapso.

Mas, dito isso, eu pedi a preferência para esse requerimento porque, havendo número e já que não existe nada, irei pedir que ele seja derrotado. Por que quero pedir que ele seja derrotado? Eu entendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - O requerimento de V.Exa. tem que ser aprovado primeiro. Se derrotado, o requerimento do Deputado Altineu Côrtes não entra em preferência.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Exato. Tem que se aprovar a preferência para depois...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Depois será outra discussão.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Exatamente. Seria outra discussão, consequentemente.

Eu conversei com vários colegas Deputados, colocando a situação da empresa, que é a maior empregadora de Goiás, dona também do Laboratório Neo Química, que emprega mais de 60 mil pessoas. Entre empregos diretos e indiretos, ela chega a ser responsável por 100 mil pessoas. Ela é a maior contribuinte do nosso Estado e nunca teve nenhum problema com o CARF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Isso nós discutiremos depois.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Exatamente. Por enquanto, eu estou pedindo só a preferência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Em discussão o requerimento.

Deputado Altineu Côrtes, V.Exa. gostaria de falar, como autor do Requerimento nº 216, de 2016?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, Sr. Presidente. Quanto à inversão, eu não tenho nada a opor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois, não, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós temos a ideia de trazer novamente o nosso procurador aqui à Comissão. Está correto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Estamos pensando em trazê-lo. Caso a CPI seja prorrogada, nós o traremos aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não há nenhuma definição de agenda sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Ele já veio aqui inclusive.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Alguém mais gostaria de discutir o requerimento?

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, um pouco na linha do que diz o Deputado Paulo Pimenta, como primeiro passo, antes que se votem esses requerimentos, eu acho fundamental a convocação aqui do procurador.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - De novo?

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - De novo!

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Ela já veio três vezes.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Então, que venha quatro, cinco vezes, quantas forem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Está faltando apresentar o requerimento para que possamos colocá-lo em votação.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Há um requerimento aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Sobre o procurador, não.



O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Há, sim. Sobre o procurador, há.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Isso só vai depender de o Deputado Waldir Maranhão prorrogar a CPI. Senão, não vamos ter tempo.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Há um requerimento, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Não. Eu não conheço esse requerimento, não.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, peço a palavra, por gentileza.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Deputado Heráclito Fortes, hoje nós estamos no limite da nossa CPI, que poderá ser prorrogada ou não. E eu acho que a CPI não andou um terço do que deveria andar.

O procurador já veio aqui três vezes. Já houve duas reuniões reservadas. E a CPI não fez um terço do que deveria fazer. Se porventura ela não for prorrogada, o seu trabalho terá sido inócuo, ou seja, nós teremos prestado aqui um desserviço à Nação brasileira.

Então, vamos aprovar ou rejeitar os requerimentos e dar vazão à CPI. Não se pode ficar aqui usando de manobras regimentais para a CPI não andar.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, continuando com o meu ponto de vista, eu acho que nós temos que trazer aqui o procurador.

É bom conferir, porque essa discussão da presença do procurador já houve aqui, até porque alguns assuntos estavam envelhecidos, outros precisavam de esclarecimentos. A partir daí, então, poderiam se fazer outras convocações.

Enquanto isso não acontecer, eu entrarei em obstrução. Nada tenho contra os convocados, nada tenho contra os nomes. Apenas acho necessário que se ouça novamente o procurador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Respeito a posição de V.Exa., Deputado Heráclito Fortes.

Em votação o requerimento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Qual requerimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - É o requerimento que pede preferência para votação do Requerimento nº 216, de 2016, do Deputado



Altineu Côrtes, que é o item 66 da pauta. Quem está apresentando o requerimento é o Deputado Sandes Júnior.

Em votação o requerimento de preferência.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Verificação concedida.

Para que haja apoio, precisa de três Deputados.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu sou Vice-Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Desculpe-me, Deputado.

V.Exa. tem mais do que 1 voto, tem 80 votos.

Peço que preparem o painel para a votação. *(Pausa.)*

Os Srs. Deputados já podem votar.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, acho que seria muito importante que os Deputados colocassem a sua posição sobre os requerimentos aqui.

Existem nomes de pessoas importantes, poderosas. Então, como já houve diversas ilações relativas a esta CPI, eu acho que os Deputados deveriam se posicionar sobre os requerimentos, dizer se votam “sim” ou “não”. Essa é a minha opinião.

Se acabarmos não apreciando esses requerimentos mais uma vez, isso será ruim para a CPI.

Portanto, eu gostaria de deixar aqui este meu posicionamento: de que os Deputados votassem os requerimentos aqui hoje, dizendo “sim” ou “não” para cada um. Eu acho que isso seria importante para esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Os Srs. Deputados já estão votando.



Este é um requerimento de preferência para outro requerimento ser votado ou não. Há pessoas que pedem verificação no intuito de derrubar a sessão. Mas, como isso é regimental, nós aceitamos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não, Deputado Pedro Uczai.

Eu peço silêncio, principalmente aos nossos ilustres convidados que estão no plenário.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu só quero fazer uma observação. Quando se quer ouvir todos e muitos, não se foca na questão. Só na reunião anterior, quantos requerimentos de oitiva de testemunhas esta Comissão votou? Dezenas!

Nós estamos no limite da CPI. Mesmo se ela for prorrogada, se quisermos ouvir só aqueles sobre os quais já decidimos, não vamos ter tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Vamos ouvir de dez em dez agora, porque eles ficam calados.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sim, de dez em dez, porque ficam em silêncio.

Então, há muitos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Mas, Deputado Pedro Uczai, o que eu estranho é o seguinte: as pessoas estão vindo aqui ficar caladas para não se comprometer — não vai acontecer nada —, mas há Deputados que não querem nem que elas venham ficar caladas aqui. Não me causa estranheza as pessoas ficarem caladas, mas, sim, Deputados não quererem que elas venham aqui, mesmo que fiquem caladas

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Mas eu queria pelo menos que elas viessem aqui e ficassem caladas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - É lamentável o que está acontecendo nesta CPI. É lamentável! Estão usando manobras regimentais para fazer blindagem nesta CPI.

Eu protesto aqui! Não quero ser estampado como omissão nesta CPI.



O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Concordo com V.Exa., Relator.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A pauta de hoje tem nomes de grandes empresários e de banqueiros. E não é a primeira vez que esta CPI não aprecia os requerimentos.

Nós sabemos que cada um tem o seu partido político. Eu tenho aqui requerimentos, como outros têm, por exemplo, sobre o ex-ministro Gilberto Carvalho. Acho que seria uma oportunidade o Ministro vir aqui, porque ele nunca se negou a prestar declarações. E vai continuar sendo falado o nome dele. Se ele vier aqui, eu tenho certeza de que, com as qualificações que tem, ele vai esclarecer muita coisa, vai dar respostas de pronto. É muito ruim esta CPI estar postergando essas votações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu quero só anunciar que às 11h30min vou encerrar esta votação.

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não, Deputado.

O Deputado Vinicius Carvalho está com a palavra.

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Sr. Presidente, poucas são as vezes em que eu uso o microfone desta Comissão. E esta é a primeira vez em que eu me sento aqui na primeira fileira. Geralmente eu me sento lá atrás, para poder observar o trabalho.

Mas agora eu não posso me calar como das vezes em que o fiz, propositalmente, para poder ouvir e conhecer a mecânica desta CPI. Eu não vou entrar em nenhum tipo de mérito, porque cada um de nós aqui, como representante eleito, tem dentro de si um conceito próprio de responsabilidade. Isso é imensurável e inquestionável, porque é do íntimo de cada um.

Mas o questionamento que faço já foi feito por mim numa reunião que nós tivemos na semana passada, salvo melhor juízo. Alguns requerimentos, alguns pedidos foram enviados à Polícia Federal para que fosse encaminhada a esta Comissão a cópia da investigação que está sendo feito com relação à temática desta CPI. E pelo que consta, alguma coisa já chegou.



Nós — e, quando eu digo “nós”, digo eu principalmente — não nos sentimos à vontade para votar 108 requerimentos porque não temos a segurança jurídica necessária. E eu falo como advogado: nós não temos segurança jurídica de que haja de fato necessidade, pelo inquérito cuja cópia foi enviada para esta Comissão, de todas essas pessoas serem convidadas ou convocadas, não importa o termo que usemos.

Então, faço um apelo a V.Exa. e aos demais membros desta Comissão para que nós façamos uma reunião a portas fechadas, com V.Exa. e com o Relator, e analisemos todos os documentos encaminhados pela Polícia Federal. Naqueles em que, em conjunto, como uma Comissão, nós avaliarmos que há fortes indícios de pessoas que estejam sendo investigadas pela Polícia Federal, poderemos — aí, sim — reduzi-los a termo e trazer para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Peço que conclua, Deputado. Há outras pessoas que querem usar da palavra.

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Perfeito. Eu já estou encerrando. Então, a sugestão que faço a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu quero esclarecer a V.Exa. o seguinte: nós estamos há quase 120 dias nesta CPI, sendo que os documentos do Senado, da Polícia Federal e do Ministério Público estão aqui há mais de 60 dias à disposição dos Deputados.

Eu não acho democrático, embora respeite, reunir-me com cinco, seis ou dez Deputados e fazer uma pauta. Eu não posso censurar requerimento de nenhum Deputado. Se o Deputado apresentou um requerimento, eu acho que cabe ao Plenário aprová-lo ou rejeitá-lo.

Então, eu levarei, até o final desta CPI, a decisão que tomei de que todos os requerimentos apresentados virão à pauta. E quem quiser pedir preferência, poderá fazê-lo. Eu não vou censurar requerimento de nenhum Deputado.

Eu não me aborrecerei jamais se a CPI não for em frente ou se não der resultado, porque sei que cada um de nós aqui tem responsabilidade com a Casa e tem responsabilidade com a população brasileira.

Nós estamos apreciando aqui um requerimento de preferência para outro requerimento ser votado. Isso não quer dizer que será garantida a sua aprovação ou



não. Se não for aprovado o requerimento de preferência, o outro requerimento fica onde está; se aprovado o requerimento de preferência, o outro requerimento vem para o primeiro item da pauta. Aí caberá mais uma votação para vermos se é aprovada a vinda ou não da pessoa requerida.

Portanto, eu acho que não precisaremos mais de reuniões reservadas para decidir sobre isso. Embora respeite a posição de V.Exa., eu entendo que, na hora em que eu fizer uma reunião fechada, de que não participem todos os membros, eu estarei fazendo conchavo. E o que se passa para a população é que vem para a pauta aquilo que nós acertamos lá atrás, que não há transparência. Na hora em que eu coloco todos os requerimentos em pauta, estou dando transparência. E quem quiser, pode aprovar ou reprovar os requerimentos, pois há o livre arbítrio.

Dito isso, eu vou passar a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, V.Exa. tem razão. Inclusive, na última reunião, nós estranhamos que a pauta fosse formulada em reunião fechada, porque esses requerimentos dos grandes figurões que hoje estão aqui sumiram da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Hoje, não. Hoje estão todos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso ocorreu na reunião anterior, quando V.Exa. estava viajando. E isso foi resolvido numa reunião fechada, da qual eu não participei e, aliás, nem queria participar, porque passa exatamente a impressão que V.Exa. colocou.

Então, na verdade, o que acontece aqui na CPI é o seguinte: embora haja muitos requerimentos, se quisermos fazer um trabalho, se a CPI quiser mostrar alguma coisa para a sociedade, nós temos que focar. Eu já coloquei isso algumas vezes.

Veja: este cidadão do CARF, um funcionário da Receita, onde trabalhou 21 anos, vem aqui com advogado, vem com *habeas corpus*, não fala nada, e isso não tem nenhuma repercussão.

Agora, a situação é diferente quando há indiciamento na Polícia Federal. No caso do André Gerdau, o cara responsável pela Gerdau, se ele for inocente, ao chegar aqui vai falar o seguinte: *“Olha, isso aqui está errado. Nós não fizemos*



nenhuma gestão junto ao CARF. Essa denúncia é mentirosa”. Ele defende do jeito que achar melhor. Mas eu tenho certeza de que ele não vai ficar calado, porque, se ficar calado, estará assumindo uma culpa que entrará para a conta da empresa.

Também não ficaria calado o Trabuco nem o da Mitsubishi, os grandões. Mas os funcionários de baixo, esses da quadrilha do CARF que nós vimos aí, como o APS e não sei quem, esses nomes vão desaparecer do mapa depois.

Hoje nós trouxemos um cidadão que incrimina diretamente o Presidente do Senado, o Senador Romero Jucá, o Gim Argello. Ele vem aqui e não fala nada! Tudo está gravado no diário dele. Mas isso não tem nenhuma repercussão.

Então, o que nós precisamos fazer é aprovar os requerimentos. Depois — aí, sim, dependeria do bom senso da Comissão —, se há 300 requerimentos, nós vamos selecionar 20. Queremos que entre o cara-chave do esquema do CARF, que entre o chefe da Receita Federal que foi conivente e os que têm responsabilidade pública maior. Temos que começar do tubarão para depois descer para o dourado e, depois, para o lambari. Todo mundo sabe disso aqui.

Agora, não dá para não aprovarmos os requerimentos. Depois nós fazemos uma seleção — publicamente inclusive, não em reunião fechada.

Nós temos que se chegar a um acordo aqui e falar: “*É isto aqui!*” Não adianta trazer o procurador de novo. O procurador já listou um montão de coisas. Sou contra que se traga o procurador, Sr. Presidente.

A última pergunta que eu gostaria de fazer a V.Exa. é a seguinte: qual é a tendência realmente da prorrogação dessa CPI? Eu quero entender quem decide isso. Quem decide é o Plenário da Câmara, não é o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Ontem eu consultei o Presidente da Casa, que me disse que vai colocar isso em votação hoje.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele vai colocar hoje em votação. Mas quem decide é o Plenário da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Isso. Ele pode aprovar *ad referendum* e submeter ao Plenário.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente...



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, era isso que eu queria colocar, sugerindo que nós aprovássemos os requerimentos e depois selecionássemos o foco aqui. É uma desmoralização a continuidade dessa forma de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Srs. Deputados, vejam bem: todos nós estamos usando o Regimento. Quem tiver preferência para um requerimento, apresente-o. Está na pauta, é só apresentar. Quem quiser convocar o Sr. João não sei das quantas, apresente o requerimento, como fez agora o Deputado Sandes Júnior, que quer que seja votado o requerimento dele.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Se for aprovada a preferência e ele não derrotar, como é a pretensão dele, de acordo com o declarado aqui, ele virá. Então, ele está se submetendo até ao risco de ser aprovado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, V.Exa. me permite? É que nós andamos aqui para frente e para trás, para frente e para trás.

Lembro a V.Exa. que dei entrada a um requerimento extrapauta, convocando a Gerda e o Presidente do Bradesco. V.Exa. mesmo colocou: *“Não está na pauta hoje, fica para a outra semana”*. Aí ele entra como terceiro ponto da pauta. Eu espero que ele seja votado. Aí não é votado porque alguém derruba a sessão. É evidente que há interesses aqui. Ninguém é ingênuo.

Como disse Ulysses Guimarães, quem chega aqui, entende, já é suficiente. Posso fazer requerimento de preferência, mas isso não vai resolver o problema, porque se derruba a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu vou passar a palavra ao Relator, que tem preferência. Logo depois vamos encerrar a votação.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, eu respeito muito o Deputado Heráclito Fortes. É um Deputado atuante nesta Casa, respeitado no Estado do Piauí e no Brasil, mas discordo de S.Exa. O Procurador já esteve aqui três vezes nessa Mesa, mais duas, são cinco vezes. Se tivermos que trazer o Procurador Federal da operação a cada requerimento que nós votarmos nesta CPI, vamos ficar sempre atrelados ao Ministério Público, com todo o respeito ao Ministério Público, e a CPI não anda. A CPI precisa andar. Nós estamos fazendo um esforço pela prorrogação da CPI, existem forças contrárias a isso. Nós queremos



saber quais são os interesses contrários que estão em jogo, até porque só um terço dos trabalhos foi feito, do plano que apresentei no início desta sessão. Ou seja, tínhamos que ouvir aqui os operadores, a Receita Federal, os agentes, os beneficiários e os empresários. Só um terço foi ouvido, temos dois terços ainda pela frente. E se S.Exa. continuar com essas manobras regimentais, juntamente com outros pares, para não dar prosseguimento, ela vai morrer hoje. São os protestos que eu faço.

Eu pediria que os requerimentos fossem rejeitados ou aprovados, e vamos seguir com a CPI. Muitos estão atrasados hoje e em outras pautas futuras. Então, se em toda a pauta houver manobras regimentais para não se votarem os requerimentos, a CPI acabou. Nós vamos aqui ficar só jogando para a plateia, como foi feito no Senado Federal. E assumimos o compromisso de que não iríamos fazer isso.

Deputado Heráclito, peço a compreensão de V.Exa. Respeito muito V.Exa. como Deputado, meu amigo, um dos mais experientes desta Casa, mas a CPI tem que dar uma resposta. Não pode quase 20 bilhões ser desviado da Receita Federal do Brasil e ficar por isso mesmo. Esta aqui vale três CPIs da PETROBRAS. Com quanto contribuiu a CPI da PETROBRAS na Câmara Federal? Será que vamos pegar isso e botar debaixo do tapete?

Então eu faço um apelo a V.Exa.: vamos dar agilidade, rejeitar ou aprovar os requerimentos, rejeitar ou aprovar o requerimento de preferência do Deputado Sandes Júnior e assim sucessivamente. Vamos prosseguir!

São os apelos que eu faço nesta CPI.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não, Deputado Heráclito Fortes.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Eu quero dizer a V.Exa., Deputado João Carlos Bacelar, por quem eu tenho muita estima, que V.Exa. há de convir que, no momento em que eu apoio a proposta do Deputado Paulo Pimenta, nenhum interesse de outra ordem há. Eu e o Deputado somos adversários. V.Exa.



não imagina qual seria a minha alegria e a satisfação de ver o Sr. Lulinha presente aqui, de ver o Sr. Mantega. Mas as coisas não são assim. As coisas precisam de critérios. E esse procurador, segundo consta, está inclusive respondendo a processo, produto de algum comportamento dele. Então é preciso que se façam esclarecimentos. Daí por que o pedido para que o Procurador seja ouvido. Essa questão foi discutida aqui algumas vezes. Por outro lado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - V.Exa. não apresentou requerimento, Deputado.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Não fui eu que apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Ninguém apresentou requerimento, Deputado.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Houve a falha de alguém, porque em uma das reuniões, é só ver as notas taquigráficas — é só ver as notas taquigráficas —, esse assunto foi tratado e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu observei isso, falta o requerimento

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Ah, bom!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - V.Exa. vai ter que apresentar um requerimento, ou quem estiver interessado; ele vai entrar na fila; e nós vamos ter que votar uma preferência para ele.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Ou torná-lo membro logo da CPI.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Tudo bem, mas eu só queria mostrar... Eu continuo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Eu queria mostrar a V.Exa. alguns casos. Por exemplo...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Vamos votar os requerimentos.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - O de nº 62, da D. Yolanda Queiroz, só se for no cemitério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Foi retirado de pauta.



O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Vejam bem: uma senhora de oitenta e tantos anos foi convocada. São estes excessos que nós precisamos parar e ver. Evidentemente que eu seria, mesmo ela viva, contra, terminantemente contra a presença dessa senhora aqui, porque nunca exerceu um papel de importância e de decisão nos negócios da família.

Estou citando só esse exemplo porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Mas eu gostaria, para não ficar em dúvida, de dizer que este é o local certo. Na hora que fosse apresentado o requerimento, e o Deputado Wellington inclusive o retirou...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Deputado Heráclito, eu o retirei desde a semana retrasada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Isso. Exatamente.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Solicitei ao Presidente, mas tinha que ser por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Tinha que ser por escrito.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Então, veja bem...

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Ela já na UTI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Isso.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Não, bem antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Ele retirou. Faltou escrever. Mas me deixe terminar, só para concluir o raciocínio, porque senão V.Exa. fala e a Mesa vai se sentir ruim aqui.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Não, pelo contrário, eu não quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - O Deputado tem o direito de apresentar o requerimento que quiser, e a maioria do Plenário reprova. Com os seus argumentos, eu tenho certeza que reprovaria esse requerimento. Mas o que eu estou sentindo é que as pessoas que vêm aqui e ficam caladas, e os Deputados não querem nem que elas fiquem caladas. É pior! É pior! Deixe-os ficar calados. Eu acho que o Sr. João Batista perdeu uma grande oportunidade...

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Eu concordo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - ...de nos mostrar o que era o CARF, porque tenho nele um grande técnico.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Este é o segundo ponto do qual discordo. Não adianta trazer para cá, para sentar aí, alguém que tenha garantia da Justiça para ficar calado. Nós estamos perdendo um tempo precioso e estamos nos desmoralizando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Não me sinto.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Não, não, não, eu discordo. Eu acho que ele ficar calado não quer dizer que o Relator não vai fazer o indiciamento dele.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - É um ponto de vista meu.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Desmoralização está sendo nós não prosseguirmos com a CPI. Eu discordo do Deputado Heráclito Fortes.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - É um ponto de vista meu.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Então, vamos votar os requerimentos. É uma boa prova...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Não é votar...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, eu tinha pedido pela ordem, eu tinha pedido pela ordem e agradeço a V.Exa.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - E ainda me cassam a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - É inadmissível o Deputado no plenário não votar ou “sim” ou “não”!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Heráclito, conclua, por favor.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Vou concluir. O que eu digo é o seguinte: vem um cidadão desses, com um mandado, e nós ficamos a perguntar e a responder. Para quem está de longe nos ouvindo é desmoralizante, porque enfraquece o Poder Legislativo. Em determinado momento, eu fiz uma sugestão



para nós irmos ao Tribunal, a fim de que esses mandados fossem dados em caráter excepcional e não generalizadamente. As questões são de ponto de vista.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, quero me inscrever.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Agora, acho que nós temos que encontrar, estou terminando, um meio para a finalização da CPI, e que haja apuração. Nós temos que prestar contas à sociedade e não a esse preço, porque estamos aqui todos os dias. Eu concordo com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado, eu quero só registrar o respeito e o carinho que tenho por V.Exa. e sigo os seus exemplos. V.Exa. sabe que o direito de ficar calado é constitucional. Não precisa nem ele trazer *habeas corpus*. O direito de não produzir prova contra si é um direito constitucional.

Então, o que eu vou dizer ao Ministro? "*Não dê.*" Ele diz assim: "*Mude a Constituição lá, rapaz!*" Nós temos é que mudar aqui o modo de fazer CPI.

Vou passar a palavra ao Deputado Wellington Roberto.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu agradeço a V.Exa.

Eu estava comentando e conversando com o querido Deputado Altineu Côrtes que só na pauta de hoje se encontram 108 requerimentos. Os primeiros 30 itens resumem-se a 9, porque há requerimentos com a mesma função.

Então, para dar celeridade aos trabalhos, mesmo com todas as manobras que estão acontecendo na CPI — não culpo V.Exa. nem o Relator —, eu queria que V.Exa. achasse uma fórmula que enxugasse essa pauta. Minha sugestão seria essa.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Perfeito! Perfeito!

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Entendeu?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Mas me deixe só colocar esta minha dificuldade. Enxugar a ordem para nós votarmos? Aí eu vou tirar todos aqueles que... Vou desagradar uma boa parte deles.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu subscrevi, Sr. Presidente. Eu queria subscrever.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Se a função do requerimento é apenas uma, só pode ser aprovado...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Mas veja, Deputado, nós estamos aqui votando... Só 1 minuto...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Nós estamos aqui votando um requerimento de preferência.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Claro! Não se trata desse do Deputado Sandes Júnior; trata-se de requerimentos que tenham a mesma função. Eu sou autor de vários que o Deputado Altineu também é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Mas está assim na pauta.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Não está! Eu não estou discutindo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Então, veja bem, se nós não conseguirmos aprovar um requerimento de preferência... É uma manobra regimental.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Pois é, eu acabei de falar isso...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Tem a palavra o Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, é uma manobra regimental. Agora, é uma vergonha nacional — nacional! — o que está acontecendo aqui. Os Deputados estão fazendo uma manobra regimental. Não há problema. Agora, vou dar um exemplo, e poderia citar outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu vou dar como encerrada a votação. Depois de ouvi-lo, eu encerro a reunião.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O Dr. André Gerdau, do Grupo Gerdau, um dos maiores empresários do Brasil, réu na Operação Zelotes, e a nossa



CPI do CARF não conseguir convocar um réu que é um dos maiores empresários do País. Isso é uma vergonha para esta CPI!

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - O do Bradesco também.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Dei um exemplo, há outros.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - O filho do Lula também.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Pode ser regimental, mas não é moral, Deputado? É regimental, mas não é moral. Parabéns a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É uma vergonha para esta CPI o que está acontecendo aqui hoje mais uma vez. Vai terminar a CPI, os nomes dos Deputados que usaram de manobra regimental e não trouxeram aqui os grandes empresários que são réus vão ficar gravados nesta Casa. Não estamos falando de discussão daquele que... *"Ah, esse pode ter ou pode não ter."* Não é isto, não! Estamos falando dos empresários que são réus.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Os autores dessa manobra têm que dizer por que não podem trazê-los. Esta é a verdade.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É uma vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Acabou a votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Acabou a votação.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Agora, ficar fazendo manobra para que esta CPI seja encerrada antecipadamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Antes de proclamar o resultado, eu vou ouvir os inscritos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - É lamentável isso...

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Porque aí vai encerrar a sessão. V.Exa. não quer usar a palavra? *(Pausa.)* É sempre bom este debate. A sociedade está nos ouvindo...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu gostaria que V.Exa. concluísse a votação, para, depois, seguirmos no debate.



O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Não, não! Se V.Exa. concluir a votação, vai encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Não, eu acabo a Ordem do Dia e continuo o debate.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Vamos dar o resultado.
(Pausa.)

Não atingido o quórum, a sessão vai cair...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A Ordem do Dia acabou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - A Ordem do Dia acabou.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas continua a sessão sem...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, pela ordem.

Os Deputados que fizeram uso da palavra têm que constar como presentes.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - É verdade, a presença está...

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Não precisa nem registrar presença...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vale para computar presença, mas não para voto.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - E outra coisa, Sr. Presidente, Parlamentares que usaram da palavra aqui pelo menos têm que contar no quórum da votação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quórum de presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu tive essa mesma impressão, mas consultei a Consultoria, que disse que o Deputado tem que votar.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Ele tem que contar para o quórum da votação ou só o quórum...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Quando ele não quer votar...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele conta para a presença na reunião.



O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, o Deputado Altineu...

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Ele debate, ele fala, ele interrompe a votação, mas não computa o quórum.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Vamos dar preferência aos que são réus. É um critério, é um bom começo.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente, eu queria falar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Heráclito, deixe-me só colocar o seguinte: o que estamos reprovando aqui, derrubando a sessão, é pelo requerimento de preferência.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Veja bem...

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Façamos um acordo: quem for réu tem preferência.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - É só V.Exa. apresentar o requerimento aqui que votamos.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Eu confio na iniciativa da própria Presidência e nos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Mas nós vamos encerrar a sessão, agradecendo a presença dos Srs. Parlamentares.

Nada mais havendo a tratar, convoco reunião para segunda-feira, dia 27 de junho, às 15 horas. Nós vamos ter sessão na segunda-feira, na terça-feira e na quarta-feira.

A pauta é composta de oitivas e requerimentos.

Está encerrada a reunião.